

Acessos ao Portal da Transparência batem recorde em 2016

Qua 11 janeiro

O Portal da Transparência, mantido pela [Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais \(CGE-MG\)](#), registrou em 2016 mais de 1 milhão de acessos, um recorde desde a criação da página. Em 2015, foram 550.689 acessos, enquanto em 2014 foram 466.607.

O aumento é reflexo da reformulação feita no fim de 2015 como compromisso da atual gestão do [Governo de Minas Gerais](#) e que deixou o site mais prático e rápido de navegar. O maior número de buscas foi registrado na consulta de remuneração dos servidores do Estado, em seguida vêm despesas, despesa com pessoal, Portal dos Municípios, acesso à informação e dados abertos.

O aumento no acesso pode ser atribuído à nova forma de visualização dos dados, mais dinâmica e intuitiva. “O Portal da Transparência é uma ferramenta importante de controle social e que precisa ser cada vez mais divulgada. É importante que a população tenha acesso fácil e rápido e também se preocupe em buscar informações que retornem ao Estado como sugestões de melhorias da gestão pública”, afirmou o Controlador-Geral do Estado de Minas Gerais, Eduardo Martins de Lima.

Segundo o Superintendente Central de Transparência, André Luiz Moreira dos Anjos, o aumento no número de acessos mostra como o novo portal foi recebido pela sociedade. “Ao todo, 60% dos acessos são de novos usuários, evidenciando a capilaridade e abrangência do portal. A nossa missão é transformar toda ação, projeto, política desenvolvida pelo Estado em informações transparentes e acessíveis para a sociedade. Quando lançamos as melhorias, em dezembro de 2015, focamos o Portal da Transparência em melhorias na usabilidade, novas consultas, novas formas de visualizar as informações”, explicou.

O número de demandas de acesso à informação também aumentou. Em 2016, foram registrados 6.196 pedidos por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-sic).

Desses, 94% tiveram acesso concedido ou parcialmente concedido e apenas 3% tiveram acesso negado. As secretarias mais demandadas foram Educação, com 3.619 pedidos, Saúde, com 666, e Defesa Social, com 276.

O tempo médio de resposta em 2016 foi de 16,8 dias, o que mostra o compromisso do governo em atender aos pedidos dentro do prazo determinado pela Lei de Acesso à Informação, que é de 20 dias corridos, prorrogáveis por mais 10 desde que com justificativa.

Para este ano, segundo o Subcontrolador de Governo Aberto, Márcio Almeida do Amaral, a CGE planeja disponibilizar no Portal da Transparência novos dados. “São dados de patrimônio, com todos os bens móveis do Estado, gestão da frota de veículos com detalhamento dos abastecimentos e manutenções, além de convênios que envolvem o recebimento de recursos com detalhes sobre órgãos financiadores, valores recebidos e gastos, e planejamento e orçamento, com valores e metas planejadas e acompanhamento das execuções nos sistemas corporativos”, explicou.

